



CÂMARA DOS DEPUTADOS

## **COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**

### ***PROJETO DE LEI Nº 1.154, DE 2011***

Altera a redação do art. 244 do Decreto-lei n.º 2.848, de 1940.

**Autor:** Deputado DAVI ALCOLUMBRE

**Relatora:** Deputada ERIKA KOKAY

#### **I - RELATÓRIO**

Trata-se de proposição que visa aperfeiçoar a redação do art. 244 do Código Penal, a fim de que o crime de abandono material também ocorra quando pessoa deixar de prover a subsistência de companheiro ou companheira e de demais pessoas sobre quem o agente seja juridicamente responsável.

A justificação aponta a necessidade de a tutela penal proteger a união estável do mesmo modo que protege os direitos dos casados.

A matéria é de competência final do Plenário da Câmara dos Deputados e segue sob o regime de tramitação ordinária.

É o relatório.

#### **II - VOTO DA RELATORA**

Trata-se de ampliação do tipo penal do abandono material, art. 244 do Código Penal, para abarcar os companheiros ou companheiras e pessoas por quem o agente seja juridicamente responsável.

A modificação proposta, pela análise do mérito, inegavelmente aperfeiçoa a legislação. Por mandamento constitucional, há necessidade de equiparação legal dos direitos e garantias do casamento aos que vivem em união estável.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nada mais justo e jurídico, pois, que cometa crime aquele que descumpre a função de alimentar e prover a subsistência daquele com quem mantém união estável ou entregue a seus cuidados por outros títulos legais – por exemplo, tutelados, curatelados ou pessoa sob guarda, se for o caso.

É muito importante que a lei penal garanta esses direitos.

Observamos que há imprecisões de técnica legislativa que recomendariam elaboração de emenda para corrigir a falha, mas cabe apenas à Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania tal análise.

Deixamos, porém, a observação para que a Comissão competente analise a matéria, que apresenta falhas na redação do art. 1.º e na ementa, e não contém as iniciais NR ao final da nova redação.

Pelo exposto, no mérito, votamos pela aprovação do Projeto de Lei n.º 1.154, de 2011.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2011.

***Deputada ERIKA KOKAY***  
**Relatora**